

AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PELOTAS: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PÓS-REUNI

Paula de Oliveira Moitinho Rippel
Universidade Federal de Pelotas
paulaomoitinho@gmail.com

Rodrigo Serpa Pinto
Universidade Federal de Pelotas
serparg@ufpel.edu.br

Resumo

Este artigo apresenta um levantamento das avaliações *in loco* recebidas pelos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), capitaneadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), durante o período de 2011 à 2016, ou seja, posteriormente ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O artigo traz um breve referencial teórico, descrevendo o SINAES e seus processos avaliativos, e faz uma análise sobre as diversas avaliações ocorridas no período estudado, nos cursos presenciais e a distância, apresentando uma visão geral de como os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos ocorreram na UFPel. Os principais resultados obtidos, a partir da análise dos dados, mostram que o período entre 2012 a 2014 foi o de maior concentração de visitas *in loco* recebidas pelos cursos, e que o conceito médio das avaliações foi 4 (quatro); o que caracteriza a qualidade dos cursos ofertados como “Muito Boa”.

Palavras-chave: Ensino Superior; SINAES; REUNI; Avaliação de Cursos de Graduação.

1. INTRODUÇÃO

O ato de avaliar implica muito mais do que simplesmente emitir conceitos e opiniões. Na raiz da palavra avaliação está a palavra valor. Portanto, a avaliação pode ser entendida como um ajuizamento da qualidade daquilo que está sendo avaliado. Sendo assim, a avaliação requer a análise aprofundada dos dados e processos existentes, visando a constante melhoria dos níveis de qualidade almejados, e o planejamento das ações futuras. Embora presente em várias esferas, foi na educação que a avaliação encontrou seu campo mais fértil de aplicação e estudo.

Segundo Dias Sobrinho (2008, p. 823), “a avaliação é um instrumento poderoso não só para valorar o desenvolvimento do sistema educativo, como também para induzir práticas e fortalecer estratégias e políticas coerentes com os grandes objetivos sociais”. O autor afirma ainda que “a avaliação se torna plenamente significativa quando interroga a respeito dos significados e valores, pergunta pelas causas e pelas possibilidades de superação dos problemas, investe em programas e projeta futuros a serem construídos.” (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 824).

Nesse contexto, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, implementou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que tem como objetivo principal “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004). A partir dessa normativa, o famoso tripé de avaliação da educação superior – avaliação institucional, avaliação de cursos de graduação e avaliação do desempenho dos estudantes – começa a ser amplamente promovido em todo o País.

Em relação aos cursos de graduação, é importante ressaltar que a avaliação “tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas

ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica (BRASIL, 2004, Art. 4º).

O presente artigo foca em um dos processos avaliativos do SINAES, a saber, a Avaliação de Cursos de Graduação, e apresenta uma análise das diversas avaliações recebidas pelos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no período de 2011 a 2016.

O período escolhido reflete os anos posteriores ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, pois é justamente nesse período que são encontrados a grande maioria dos processos de reconhecimento de cursos de graduação criados a partir deste Programa, assim como processos de renovação de reconhecimento de cursos mais antigos.

O referido Programa tem como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, ao nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais (BRASIL, 2007, Art. 1º), acarretando na expansão na educação superior no País, com o aumento de vagas nos cursos já existentes, assim como a criação de novos cursos de graduação (MEC, 2010). O início de diversas novas graduações na UFPel, que passaram anteriormente pelo processo de autorização, justifica o período selecionado para análise, devido ao aumento dos processos de reconhecimento de cursos.

2. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Após diversas tentativas de criação de estratégias para a avaliação da educação superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, foi implementado por meio da publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004). A partir das discussões iniciadas em 2003, pela Comissão Especial de Avaliação – CEA, o SINAES surge

[...] com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO & BARREYRO, 2006, p. 427).

O SINAES tem como finalidades:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (BRASIL, 2004, Art. 1º)

A ideia central de avaliação no contexto de criação do SINAES é a de integração e participação de todos os atores das Instituições, cada um com suas funções e responsabilidades, porém com o propósito comum de prestação de contas à comunidade (INEP, 2009).

Corroborando com essa ideia, Dias Sobrinho (2010, p. 210) diz que a participação dos atores deve se dar “não só como avaliados, mas também como sujeitos da avaliação e corresponsáveis pela construção da qualidade da educação superior”. O autor afirma ainda que,

[...] a avaliação institucional, interna e externa, é o processo central do SINAES. Consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, enfim, planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas. (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 819)

A sistemática de avaliação estabelecida pelo SINAES é baseada em três processos avaliativos: a Avaliação das Instituições de Educação Superior; a Avaliação dos Cursos de Graduação; e, a Avaliação do Desempenho dos Estudantes. Como elemento central e integrador desse conjunto tem-se a Avaliação Institucional, que por sua vez é feita de duas maneiras: a Autoavaliação e a Avaliação Externa *in loco*.

A Autoavaliação, com participação das Comissões Próprias de Avaliação – CPA, visa analisar o funcionamento da Instituição por meio da verificação da coerência entre o que está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional e as Políticas Institucionais. Já a Avaliação Externa *in loco* é feita pelas comissões designadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, onde, a partir da análise geral da IES, os avaliadores atribuem conceitos na escala de 1 (um) a 5 (cinco) para cada um dos cinco Eixos, que geram o Conceito Institucional (CI). Os resultados dessa avaliação são utilizados para os atos regulatórios de credenciamento e reconhecimentos institucionais. (BRASIL, 2004)

O segundo processo de avaliação é a de Cursos de Graduação, que tem por objetivo “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica” (BRASIL, 2004). As comissões de especialistas do INEP observam e analisam *in loco* as informações inseridas nas fases documentais dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, tanto presenciais, quanto a distância, e emitem um conceito de 1 (um) a 5 (cinco) para cada uma das três dimensões. Posteriormente, através da média aritmética dos três conceitos, emitem o Conceito de Curso (CC), na mesma escala (BRASIL, 2004).

Já a Avaliação do Desempenho dos Estudantes é feita pela aplicação das provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, e da análise das respostas do questionário do estudante. O ciclo avaliativo do ENADE é trienal e é aplicado aos cursos das áreas designadas por portaria do Ministério da Educação. A prova é composta de questões de Formação Geral e Específica e apresenta ainda o questionário do estudante, que visa obter informações sobre corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica do curso. Todos os elementos são de caráter fundamental e são considerados componentes curriculares

obrigatórios. A partir dos resultados obtidos, são publicados os Conceitos ENADE, Conceitos Preliminares de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC) (BRASIL, 2004).

2.1 Avaliação de Cursos de Graduação

A avaliação *in loco* de cursos de graduação pelo SINAES é responsabilidade do INEP e é articulada a partir de um instrumento de avaliação composto de três dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente e tutorial; e, infraestrutura, além dos requisitos legais e normativos. (INEP, 2015a).

Dias Sobrinho (2010, p. 211) diz que, durante a avaliação de cursos, há também a análise “da articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico do Curso, da inserção social e correspondência com as Diretrizes Curriculares Nacionais”. Para Brito,

[...] os objetivos da avaliação dos cursos de graduação são: a) identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas à organização didático pedagógica, corpo social e instalações físicas; b) verificar a articulação entre PDI, Projeto Pedagógico de Curso - PPC, currículo, vocação institucional e inserção regional; c) analisar a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s (BRITO, 2008. p. 843).

Essa avaliação é feita em cursos presenciais e a distância, para bacharelados, licenciaturas e tecnólogos, e seus resultados são utilizados para os processos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

As avaliações *in loco* são determinadas pelo INEP, que também é responsável pela designação da comissão de avaliação. Essa comissão é composta por dois especialistas de áreas afins ao curso avaliado. Antes do início do trabalho de um avaliador, ele é capacitado para que os resultados da avaliação evidenciem o verdadeiro cenário da qualidade e operacionalidade do curso, e também para “proporcionar que as IES possam, com o auxílio de especialistas, dinamizar as suas atividades, resolver questões prementes e construir metas concisas e pontuais.” (POLIDORI, MARINHO-ARAÚJO & BARREYRO, 2006, p. 432)

Por previsão legal, as Instituições de Educação Superior devem ser avaliadas periodicamente, observando os ciclos avaliativos. Sendo assim, os cursos de graduação de todo o país passam por três tipos de avaliação durante seu ciclo de vida:

Para **autorização**: Essa avaliação é feita quando uma instituição pede autorização ao MEC para abrir um curso. Ela é feita por dois avaliadores, sorteados entre os cadastrados no Banco Nacional de Avaliadores (BASis). Os avaliadores seguem parâmetros de um documento próprio que orienta as visitas, os instrumentos para avaliação *in loco*. São avaliadas as três dimensões do curso quanto à adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para **reconhecimento**: Quando a primeira turma do curso novo entra na segunda metade do curso, a instituição deve solicitar seu reconhecimento. É feita, então, uma segunda avaliação para verificar se foi cumprido o projeto apresentado para autorização.

Essa avaliação também é feita segundo instrumento próprio, por comissão de dois avaliadores do BASis, por dois dias. São avaliados a organização didático-pedagógica, o corpo docente, discente, técnico-administrativo e as instalações físicas.

Para **renovação de reconhecimento**: Essa avaliação é feita de acordo com o Ciclo do Sinaes, ou seja, a cada três anos. É calculado o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e aqueles cursos que tiverem conceito preliminar 1 ou 2 serão avaliados *in loco* por dois avaliadores ao longo de dois dias. Os cursos que não fazem Enade, obrigatoriamente terão visita *in loco* para este ato autorizado. (INEP, 2015b).

As visitas *in loco* são regidas pelo Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância, publicado pelo INEP, através da sua Diretoria da Avaliação da Educação Superior – DAES. Desde a implementação do SINAES, já foram utilizados doze instrumentos diferentes, tendo edições específicas para alguns cursos, como Medicina, Pedagogia e Direito. (INEP, 2015b)

Conforme a edição vigente, datada de agosto de 2015, o instrumento é composto de três dimensões: a Organização Didático-Pedagógica; o Corpo docente e Tutorial; e, a Infraestrutura, além de uma seção reservada aos requisitos legais e normativos. Cada uma dessas dimensões é subdividida em indicadores, detalhando os dados e condições de oferta da IES avaliada.

Para a primeira dimensão, Organização Didático-Pedagógica, são 27 indicadores, analisando itens como o contexto educacional, os objetivos do curso, o perfil do egresso, o estágio curricular, dentre outros. Na segunda dimensão, Corpo docente e Tutorial, 20 itens abarcam a avaliação dos dados relativos ao regime de trabalho, a experiência e titulação do corpo docente e tutorial, bem como a atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso. Já na terceira dimensão, dedicada à Infraestrutura, a avaliação foca na infraestrutura física, assim como em questões que envolvem as bibliografias básica e complementar e os laboratórios dos cursos, além de diversos itens correlacionados, separados em outros 22 indicadores.

A última parte do Instrumento, dedicada aos requisitos legais e normativos, as considerações são dadas quanto ao cumprimento ou não das regras legais e infralegais, e tratam de legislações sobre Acessibilidade, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, entre diversos outros, perfazendo 17 itens no total (INEP, 2015a).

Após as análises feitas durante a avaliação *in loco*, os avaliadores devem conceituar o curso avaliado, utilizando a escala de 1 (um) a 5 (cinco) para cada indicador e, através de média aritmética simples, chegar ao conceito de cada uma das dimensões, também na mesma escala. O conceito final do Curso, conhecido como Conceito de Curso (CC), é a média aritmética ponderada das três dimensões. O Quadro 1 mostra os pesos de cada uma das dimensões analisadas:

Quadro 1 – Pesos das Dimensões nos Processos Avaliativos do SINAES

Autorização de Curso	
Dimensão	Peso
Organização Didático-Pedagógica	30
Corpo Docente e Tutorial	30
Infraestrutura	40
Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso	
Dimensão	Peso
Organização Didático-Pedagógica	40
Corpo Docente e Tutorial	30
Infraestrutura	30

Fonte: INEP/DAES (INEP, 2015a)

Os critérios para a análise de cada indicador, e a consequente atribuição de conceito, são dados conforme o Quadro 2, e devem ser justificados pelos avaliadores qualitativamente, após a análise documental e das instalações físicas do curso avaliado (INEP, 2015c).

Os conceitos 3, 4 e 5, são considerados “suficiente”, “muito bom” e “excelente”, respectivamente. Já, os conceitos 2 e 1 são considerados “insuficientes” ou “inexistentes”, respectivamente.

Quadro 2 – Descrição dos Conceitos obtidos a partir da Avaliação *in loco*.

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito EXCELENTE

Fonte: INEP/DAES (INEP, 2015c)

Aos requisitos legais e normativos não são dados conceitos, mas sim assinalados pelos avaliadores quando dos seus atendimentos. O não atendimento de um ou mais desses requisitos acarreta em abertura de diligência no processo, e o processo avaliativo só retorna ao seu andamento normal após o saneamento, pela IES, do problema identificado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia representa o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, ela inclui, simultaneamente “[...] a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade

do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sensibilidade)” (DESLANDES; MINAYO, 2008, p. 14).

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa científica é dimensionada em três aspectos: histórica, descritiva e experimental. As autoras afirmam que a pesquisa descritiva está baseada em processos de descrição, registro, análise e interpretação dos fenômenos atuais. Logo, este estudo pode ser considerado descritivo visto que discorre sobre a avaliação *in loco* dos Cursos de Graduação da UFPel.

No tocante à sua abordagem, esta pesquisa pode ser classificada como quantitativa (HAIR *et. al.*, 2005), visto que os dados foram quantificados em informações, a fim de classificá-los e, posteriormente, analisá-los.

A análise dos dados foi realizada por meio da medida central dos dados referentes às dimensões “Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial, e, Infraestrutura”, de todos os Cursos de Graduação da UFPel, presenciais e à distância, no período compreendido entre 2011 e 2016. Para tanto, utilizou-se o software SPSS, versão 18.

A fonte dos dados é oriunda de documentos normativos e acadêmicos, baseados em diversas legislações sobre regulação e avaliação de cursos de graduação, e nos relatórios de avaliação de curso, emitidos pelo INEP/MEC.

Para evitar a tendência a realização de *rankings* e evitar possíveis constrangimentos, os dados de identificação dos cursos avaliados foram omitidos, apresentando-se apenas o ano em que as visitas *in loco* foram realizadas e os conceitos obtidos.

4. AS AVALIAÇÕES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UFPel

A Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1969, através da união de diversos cursos e faculdades isoladas, assim como institutos e escolas centenárias, está localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Atualmente, a Instituição conta com 16.629¹ alunos matriculados em 98 cursos de graduação, sendo 93 presenciais e 5 a distância, distribuídos na cidade sede e pelas cidades de Capão do Leão, Pinheiro Machado e Eldorado do Sul. A UFPel conta, também, com 44 pólos vinculados à Universidade Aberta do Brasil – UAB, espalhados pelo Rio Grande do Sul.

Os cursos de graduação da UFPel participam das avaliações do SINAES desde a sua implantação, e todos os processos desse sistema são gerenciados internamente pela Procuradoria Educacional Institucional, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento.

Este artigo traz os dados referentes ao período de 2011 a 2016, visto que o mesmo reflete os anos com maior incidência de processos de reconhecimento de cursos, criados durante o REUNI, assim como renovações de reconhecimento de curso mais antigos.

¹ Dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão Acadêmico-Administrativa da Universidade Federal de Pelotas, em 20 de março de 2017.

No período pesquisado, a Universidade recebeu 72 visitas *in loco* referentes a processos de cursos presenciais e 16 referentes a cursos na modalidade a distância, totalizando 88 visitas *in loco* entre os anos de 2011 a 2016, conforme mostra a Tabela 1

Tabela 1 – Avaliações *in loco* recebidas pela UFPel no período de 2011 à 2016

Modalidade	Quantidade
Cursos Presenciais	72
Cursos a Distância (Pólos)	16
Total	88

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Os dados obtidos ano a ano, conforme mostra a Tabela 2, demonstram que há grande incidência de visitas *in loco* nos anos de 2012, 2013 e 2014, diminuindo bastante a frequência a partir de 2015.

Tabela 2 – Avaliações *in loco* por ano – 2011 a 2016

Ano	Cursos Presenciais	Cursos a Distância (Pólos)
2011	1	-
2012	22	3 (4)
2013	18	2 (6)
2014	19	3 (3)
2015	7	2 (3)
2016	5	-

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

No ano de 2011, a Universidade recebeu apenas uma avaliação, sendo ela referente a curso presencial. Já em 2012, a Instituição passou por 26 visitas, sendo 22 para cursos presenciais, e quatro para cursos a distância. No terceiro ano da análise, 2013, 24 visitas *in loco*, sendo 18 para cursos presenciais e seis para cursos na modalidade EaD. Em 2014, foram 22 avaliações no total, 19 presenciais e três em pólos. No ano de 2015, já iniciando o declínio das avaliações *in loco*, tivemos sete visitas para cursos presenciais e três para cursos a distância. Finalizando, no ano de 2016, foram apenas cinco visitas, todas para cursos presenciais.

O pico de visitas *in loco* ocorrido, entre 2012 e 2014, coincide com a finalização de diversos processos de reconhecimento de curso criados a partir do REUNI, apresentando, também, alguns processos de renovação de reconhecimento de cursos mais antigos na Universidade.

As Tabelas 3 e 4 apresentam apenas uma visita para reconhecimento de curso presencial no ano de 2011, quando comparado à divisão das avaliações do período, por tipo de processo. Já em 2012, foram recebidas uma comissão para processo de autorização de curso

fora de sede e 25 visitas para processos de reconhecimento de curso, sendo 21 para cursos presenciais e quatro para cursos em EaD. Em 2013, a Instituição recebeu 24 visitas *in loco* para fins de reconhecimento de cursos, destas, 18 foram para cursos presenciais e seis para cursos a distância. Em 2014, foram 13 avaliações de reconhecimento de curso, sendo 10 presenciais e três em EaD, e nove avaliações para renovação de reconhecimento de cursos. O ano de 2015 obteve uma marca considerável, visto que houve diminuição dos processos de reconhecimento de curso, recebendo apenas sete avaliações ao total: quatro para os cursos presenciais e três para os cursos a distância. Por fim, o ano de 2016 conclui o período de análises e apresenta apenas cinco visitas ao total, todas para os cursos presenciais, sendo três para reconhecimento e duas para renovação de reconhecimento de curso.

Tabela 3 – Tipo de Avaliação recebida pelos Cursos de Graduação na modalidade presencial

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Autorização	-	1	-	-	-	-
Reconhecimento	1	21	18	10	4	3
Renovação de Reconhecimento	-	-	-	9	3	2

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

Tabela 4 – Tipo de Avaliação recebidas pelos Cursos de Graduação na modalidade a distância

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Autorização	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento	-	4	6	3	3	-
Renovação de Reconhecimento	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

O conceito final de cada avaliação é dado por meio da média ponderada dos conceitos dados para cada uma das três dimensões e de seus pesos. Por sua vez, o conceito de cada dimensão é dado a partir da média aritmética simples de seus indicadores.

As Tabelas 5 e 6 mostram a média dos conceitos recebidos para cada dimensão, por ano avaliado, em relação aos cursos presenciais e a distância, respectivamente, da UFPel.

Para os cursos presenciais, o conceito médio para a dimensão Organização Didático-Pedagógica foi de 3,59. Na dimensão Corpo Docente e Tutorial, a média dos conceitos foi de 4,28. Já para a dimensão Infraestrutura, a média obtida foi de 3,18.

Tabela 5 – Média dos conceitos obtidos por Dimensão pelos Cursos de Graduação na modalidade presencial

Ano	Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial	Dimensão 3 – Infraestrutura
2011	3	4	4
2012	3,63	4,11	2,96

2013	3,71	4,32	3,03
2014	3,76	4,41	2,95
2015	3,8	4,44	3,17
2016	3,64	4,38	2,96
Média	3,59	4,28	3,18

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

Ainda analisando os dados dos cursos presenciais, foi notável a discrepância entre os conceitos obtidos para a dimensão Infraestrutura em relação às demais dimensões. Dos seis anos avaliados, três obtiveram média abaixo do conceito suficiente.

Em relação aos cursos a distância, a média conceitual foi de 3,84 para a dimensão Organização Didático-Pedagógica; 4,33 para a dimensão Corpo Docente e Tutorial; e apenas 2,32 para a dimensão Infraestrutura.

A dimensão Infraestrutura mostra-se problemática também para os cursos na modalidade EaD, visto que dos quatro anos com avaliações *in loco* de cursos a distância, três tiveram média dos conceitos insuficiente.

Tabela 6 – Média dos conceitos obtidos por Dimensão pelos Cursos de Graduação na modalidade à distância

Ano	Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial	Dimensão 3 – Infraestrutura
2011	-	-	-
2012	4,28	4,35	3,6
2013	3,65	4,25	2,38
2014	3,8	4,33	2,73
2015	3,63	4,37	2,93
2016	-	-	-
Média	3,84	4,33	2,32

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

Quanto aos conceitos finais obtidos nas avaliações *in loco*, conforme mostram as Tabelas 7 e 8, em todos os anos do período avaliado, os cursos presenciais obtiveram conceitos finais igual a 4 (quatro); ao passo que para os cursos na modalidade a distância, o conceito final foi igual a 4 (quatro) em três dos quatro anos do período avaliado, e igual a 3 (três) em um ano do período avaliado).

Tabela 7 – Conceitos Finais obtidos pelos Cursos de Graduação na modalidade presencial

Ano	Conceito Final	Conceito Final (sem arredondamento)
------------	-----------------------	--

2011	4	3,6
2012	4	3,57
2013	4	3,69
2014	4	3,71
2015	4	3,80
2016	4	3,66

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

Tabela 8 – Conceitos Finais Obtidos pelos Cursos de Graduação na modalidade a distância

Ano	Conceito Final	Conceito Final (sem arredondamento)
2011	-	-
2012	4	4,09
2013	3	3,45
2014	4	3,64
2015	4	3,64
2016	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores (2017)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as avaliações *in loco* recebidas para os processos regulatórios dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas, no período de 2011 a 2016.

O período pesquisado marcou os anos subsequentes à adesão da Instituição ao REUNI, quando houve grande crescimento da oferta de cursos pela UFPel, implicando em vários processos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos, assim como autorizações para criação de cursos fora de Sede.

A partir da análise dos relatórios dessas visitas, conclui-se que, entre 2012 e 2014, houve um grande contingente de visitas *in loco* para fins de reconhecimento de cursos presenciais e a distância. O fenômeno pode ser atribuído ao grande número de cursos criados a partir do REUNI e que estavam completando o seu ciclo de reconhecimento.

Os dados mostram também que a dimensão Corpo Docente e Tutorial foi a que apresentou a maior média conceitual, obtendo 4,28 e 2,33 para cursos presenciais e a distância, respectivamente. A dimensão Infraestrutura foi a que obteve a menor avaliação em

ambas as modalidades de educação, tendo como conceito médio de 3,18 nos cursos presenciais, e 2,32 nos cursos EaD.

Em relação ao conceito final obtido por ambas as modalidades de oferta, a média do período estudado foi 4 (quatro), considerado como conceito “muito bom”, conforme classificação do Instrumento de Avaliação de Cursos, organizado pelo INEP/MEC.

Para intervenções e trabalhos futuros, sugere-se a investigação da relação entre os Conceitos de Cursos (CC), obtidos a partir das visitas *in loco*, e os Conceitos Preliminares de Curso (CPC), calculados a partir dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, procurando determinar se os resultados obtidos nos diferentes processos avaliativos são ou não correlatos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 1º mar. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulação. 5. ed. Brasília, DF: INEP, 2009 Disponível em: <http://www.pucsp.br/cpa/downloads/documento_sinaes_set_09.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: Avaliação *in loco*: Referenciais no âmbito dos Sinaes. Brasília, DF: INEP, 2015a.v. 5. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/527556>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação dos Cursos de Graduação**: INEP, 2015b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 05 mar. 2017

BRASIL, Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância**: INEP, 2015c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017

BRASIL, Ministério da Educação. **O que é o REUNI**: MEC, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 15 abr. 2017.

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Revista Avaliação**, v. 13, n. 03, p. 841-850, nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/14.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Qualidade, Avaliação: Do SINAES a Índices. **Revista Avaliação**, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/11.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações de educação superior brasileira (1995-2009): do provão aos Sinaes. **Revista Avaliação**, v. 15, n. 1, p.195-224, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

DESLANDES, Suelly Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HAIR Jr., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

POLIDORI, Marlis. M.; MARINHO-ARAÚJO, Claisy. M.; BARREYRO, Gladys. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 53, p. 425-436, out/dez. de 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n53/a02v1453.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2017.